



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDFT**
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N.º 1/99 – TJDFT/AJ-EM, DE 19/4/99
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA
EXECUÇÃO DE MANDADOS (OFICIAL DE JUSTIÇA)

I N S T R U Ç Õ E S

1. Este CADERNO consta de **sessenta** questões objetivas, assim distribuídas: **dez** questões de LÍNGUA PORTUGUESA e **cinquenta** questões de CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS.
2. Caso o CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
3. Recomenda-senão marcar ao acaso: cada questão respondida erradamente acarretará apenação, conforme consta no Edital n.º 1/99 – TJDFT/AJ-EM, de 19/4/99.
4. Não é permitida a consulta/utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve levantar-se nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
6. A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital (Edital n.º 1/99 – TJDFT/AJ-EM) – e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na FOLHA DE RASCUNHO ou na FOLHA DE RESPOSTAS poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

AGENDA

- I. 22/6/99 - divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas na Internet, no quadro de avisos do CESPE/UnB e no TJDFT.
- II. 23 e 24/6/99 - recebimento de recursos das provas objetivas no Setor de Atendimento a Candidatos – CESPE/UnB.
- III. 6/7/99 - data provável da publicação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a prova prática.

Observações:

- O endereço do CESPE na Internet é <http://www.cespe.unb.br>.
- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **DOS RECURSOS** das Instruções ao Candidato.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e o TJDFT informarão resultado por telefone.
- É **proibida** a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa do CESPE/UnB.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDFT**
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N.º 1/99 – TJDFT/AJ-EM, DE 19/4/99
**CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA
EXECUÇÃO DE MANDADOS (OFICIAL DE JUSTIÇA)**

Nas questões de 1 a 60, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra **F** na **Folha de Respostas** não contará para efeito de correção; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 8.

A CPI e a imprudência do Legislativo

1 Há mais de dez anos a magistratura clama por ampla reforma do Poder Judiciário. Logo após sua instalação em 1987, um conjunto de sugestões oriundo de órgãos superiores da Justiça foi levado ao exame da Assembléia Nacional Constituinte. Magistrados, membros do Ministério Público, juristas, conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil, professores, enfim 4 a representação mais autêntica do universo jurídico sustentou na Assembléia debate ativo e esclarecedor sobre o tema.

Mas o legislador constituinte ignorou as propostas mais consistentes para destinar ao Poder Judiciário os instrumentos aptos a levá-lo à progressiva dinamização de suas atividades. Conquanto o modelo que viesse a ser posto na Constituição não 7 fosse suficiente para alcançar resultados automáticos, pelo menos abriria os espaços autorizativos para as transformações futuras. Todavia, as mudanças mal arranharam os subúrbios do problema.

Agora, o poder que agiu de forma imprudente, desidiosa, se julga portador de autoridade moral para submeter o 10 Judiciário à ação corrosiva, desmoralizante, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E é indispensável anotar que as deficiências na atividade judicial resultam, de maneira substancial, de leis dissimuladas, contraditórias, aberrantes elaboradas pelo Congresso.

13 No mais, a instituição não pode elevar os seus níveis de operacionalidade diante de uma legislação processual que consagra número quase infinito de rituais e formalidades. Como também se acha manietada pelas oportunidades recursais, que opõem distância insuportável entre o direito ofendido e a reparação via sentença irrecorrível.

16 Por trás da noção mesquinha que as elites no poder cultivam em relação ao Judiciário viceja a ignorância. O Legislativo e o Executivo não se dão conta de que o magistrado não é funcionário público. Caso fosse, seu dever de lealdade não seria com a sociedade, cujos direitos e garantias lhe cumpre tutelar, mas com o Estado. O juiz é antes um agente da sociedade, por isso 19 sua atividade está protegida pelo manto da independência. A CPI é um golpe contra a magistratura independente.

Josemar Dantas. *Direito e justiça. In: Correio Braziliense, 5/4/99, p. 2 (com adaptações).*

QUESTÃO 1

Com base no conteúdo do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O autor é francamente favorável à instalação de uma CPI para investigar os atos do Poder Judiciário.
- Ⓑ O clamor popular por uma ampla reforma do Poder Judiciário manifestou-se, há mais de dez anos, antes da instalação da Assembléia Nacional Constituinte.
- Ⓒ Uma CPI para a investigação do Poder Judiciário foi instalada em 1987.
- Ⓓ O legislador constituinte procurou incorporar à atual Constituição brasileira todas as propostas que visavam tornar o Poder Judiciário mais dinâmico e eficiente.
- Ⓔ Profissionais ligados ao universo jurídico muito contribuíram para que a questão da reforma do Poder Judiciário fosse ativa e esclarecedoramente debatida durante a Assembléia Nacional Constituinte.

QUESTÃO 2

Tendo como referência as idéias contidas no texto, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As elites no poder têm em boa opinião o Poder Judiciário porque estão cientes dos problemas enfrentados pela Justiça brasileira.
- Ⓑ O conjunto de sugestões enviado pelos órgãos superiores da Justiça aos legisladores constituintes tinha objetivos a serem alcançados a longo prazo.
- Ⓒ Se a Justiça brasileira é ineficiente, isso se deve, em parte, à legislação elaborada pelo Congresso Nacional.
- Ⓓ A atual legislação processual brasileira é ritualística e formalista.

E A facilidade em impetrar recursos é parcialmente responsável pela morosidade da Justiça brasileira.

QUESTÃO 3

Ainda com base no texto, assinale a opção correta.

- A Se o magistrado fosse de fato um funcionário público, o seu dever de lealdade seria antes com a sociedade do que com o Estado.
- B Os congressistas brasileiros têm a noção mesquinha de que o Poder Judiciário é constituído por um bando de ignorantes.
- C O Poder Legislativo, que agiu de forma imprudente e desidiosa, não tem, na opinião do autor, autoridade moral para julgar os atos do Poder Judiciário.
- D O manto aludido na linha 18 refere-se à toga do juiz.
- E A CPI é um golpe da magistratura independente contra o Poder Judiciário.

QUESTÃO 4

No texto, haverá alteração de sentido caso se substitua

- A “Conquanto” (R.6) por **Mesmo que**.
- B “subúrbios” (R.8) por **arrabaldes**.
- C “desidiosa” (R.9) por **conflituosa**.
- D “manietada” (R.13) por **entravada**.
- E “tutelar” (R.17) por **defender**.

QUESTÃO 5

Nas opções abaixo, os fragmentos destacados em negrito são reescrituras do texto. Assinale aquela em que o fragmento reescrito apresenta sentido **diferente** do encontrado no texto.

- A Linha 1: **A magistratura clama, há mais de dez anos, por ampla reforma do Poder Judiciário.**
- B Linhas 1 e 2: **A Assembléia Nacional Constituinte levou a exame, logo após sua instalação em 1987, um conjunto de sugestões oriundo de órgãos superiores da Justiça.**
- C Linhas 3 e 4: **Enfim a representação mais autêntica do universo jurídico – magistrados, membros do Ministério Público, juristas, conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil, professores – sustentou, sobre o tema, debate ativo e esclarecedor na Assembléia.**
- D Linha 15: **Viceja, por trás da noção mesquinha que as elites no poder cultivam em relação ao Judiciário, a ignorância.**
- E Linhas 16 e 17: **Caso fosse, seu dever de lealdade seria com o Estado, não com a sociedade, cujos direitos e garantias lhe cumpre tutelar.**

QUESTÃO 6

No texto, para evitar repetições, alguns pronomes foram usados em substituição a seus referentes. Assinale a opção que apresenta associação correta entre o pronome e o seu referente.

- A “sua” (R.1) : “do Poder Judiciário” (R.1)
- B “lo” (R.6) : “o legislador constituinte” (R.5)
- C “seu” (R.16) : “O Legislativo e o Executivo” (R.15-16)
- D “cujos” (R.17) : “funcionário público” (R.16)
- E “lhe” (R.17) : “o magistrado” (R.16)

QUESTÃO 7

Com relação à sintaxe da oração e do período, no texto o fragmento

- A “debate ativo e esclarecedor sobre o tema” (R.4) é sujeito da forma verbal “sustentou” (R.4).

- B “à progressiva dinamização de suas atividades” (R.6) é complemento nominal de “aptos” (R.6).
E “à ação corrosiva, desmoralizante, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito” (R.10) é um adjunto adverbial de lugar.
D “pelo Congresso” (R.11) é agente da passiva.
E “a ignorância” (R.15) é objeto direto da forma verbal “viceja” (R.15).

QUESTÃO 8

Assinale a opção correta.

- A Na palavra “órgãos” (R.2), o til exerce dupla função: indica a nasalidade do fonema /a/ e a sílaba tônica do vocábulo.
B Do ponto de vista da divisão silábica, os vocábulos a seguir estão todos corretamente segmentados: “Ad-vo-ga-dos”, “cons-ti-tuin-te”, “vi-es-se”, “su-fi-ci-en-te”, “i-gno-rân-cia”.
E O neologismo “autorizativos” (R.7) significa **autorizados**.
D Em “Todavia, as mudanças mal arranharam os subúrbios do problema” (R.8), tem-se um exemplo de linguagem metafórica.
E Na expressão “de leis dissimuladas” (R.11), a preposição pode, sem alteração de sentido, ser substituída por **em**.

QUESTÃO 9

Direito da companheira

- 1 Fui casado durante alguns anos. Me desquitei legalmente e dou pensão a esposa e ao filho deste casamento. Bem mais tarde contrai novo matrimônio, do qual nasceu outro filho. Já são quase 30 anos do desquite. Nunca fui procurado, pelo filho do primeiro casamento. Apesar do mesmo já ser maior a muito tempo, nunca alterei a pensão, que é paga religiosamente em
4 dia, com as costumeiras correções. Com a segunda esposa, com a qual sou casado apenas no religioso, moro atualmente em casa própria que foi adquirida com muito esforço. No caso, de meu falecimento, esta casa terá que ser dividida entre os dois filhos e a atual companheira? Como faço para passar o imóvel para a minha companheira? Tenho certeza de que o nosso filho
7 nada irá reivindicar, mas tenho certeza de que o do primeiro casamento vai infernizar a nossa vida. Eu posso transferir em vida os direitos para à minha atual esposa? Como proceder?

Idem, ibidem, p. 11 (com adaptações).

No texto acima, intencionalmente adaptado com incorreções, a quantidade de linhas gramaticalmente corretas é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 10

VIII A Justiça

- 1 Esta é uma carta que em sua forma gráfica indica, acima de tudo, equidade, retidão, equilíbrio e senso de justiça. O Arcano VIII exprime, no mundo divino, a justiça absoluta, já no mundo intelectual, exprime a atração e a repulsão, e no mundo físico inclina para a justiça relativa, que pode ser falível e
4 limitada, que naturalmente provém dos homens.

Esta carta é uma simbologia de uma mulher sentada em um trono, com a fronte cingida por uma coroa; tem na mão direita uma espada com ponta levantada, e na esquerda, uma balança. É o antigo
7 símbolo da justiça que pesa os atos e que opõe ao mal, para contrapeso, a Espada da expiação.

- A justiça, emanada de Deus, é a reação equilibrante que reconstitui a ordem, isto é, o equilíbrio entre o direito e o dever. A espada é aqui um sinal de proteção para os bons e de ameaça para os maus.
10 Os olhos da justiça estão bem abertos para mostrar que ela penetra muito além das razões parciais daqueles que se acham sob a sua jurisdição.

- Para realizar todas as coisas é preciso estabelecer um equilíbrio entre as forças que são postas
13 em movimento. Toda ação produz uma reação, a vontade deve prever o choque das forças contrárias, para temperá-lo e anulá-lo. Todo futuro balança-se para o Bem e para o Mal. Toda inteligência que não sabe equilibrar-se é como um sol abortado.



Tarô. In: Mística, ed. especial, p. 12 (com adaptações).

Com base no texto, julgue se os itens abaixo estão certos concomitantemente dos pontos de vista do conteúdo e da gramática.

- I - A justiça humana é relativa porque, criada pelo homem, pode ser falível e limitada.
II - Apesar da justiça absoluta emanar de Deus, ela só existe de fato no mundo físico.
III - A espada da Justiça é uma arma de dois gumes: o primeiro, protege os bons; o segundo, ameaça os maus.

- IV - Os dois símbolos que carregam a Justiça – a espada e a balança – representam, respectivamente, o direito e o dever.
V - A carta de tarô descrita no texto e reproduzida acima ilustra plenamente o ditado popular: **A justiça é cega.**

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Nas questões de 11 a 15, as respostas devem observar estritamente e apenas os termos da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT), pondo de parte quaisquer discussões acerca de possíveis conflitos normativos decorrentes da incidência de leis ou outras normas de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 11

Acerca da organização e da competência dos órgãos jurisdicionais de primeiro grau no Distrito Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Além dos juízes de direito e dos juízes de direito substitutos, integra o primeiro grau de jurisdição no Distrito Federal o Conselho da Magistratura.
- Ⓑ A competência dos magistrados fixa-se, necessariamente e em caráter não-passível de modificação, pela distribuição dos feitos, que é alternada e obrigatória.
- Ⓒ Compete aos juízes de direito a aplicação de certas penalidades administrativas aos servidores que lhe são subordinados, bem como designar os substitutos eventuais dos servidores titulares da vara.
- Ⓓ Compete aos juízes de direito nomear o diretor da secretaria da vara respectiva.
- Ⓔ Nas varas do tribunal do júri, em razão da competência constitucional desse órgão e do princípio do juiz natural, todos os atos processuais de todos os feitos devem ser praticados, necessariamente, pelo juiz titular.

QUESTÃO 12

Em relação à competência das varas na organização judiciária do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos juízes das varas criminais sem denominação específica em função de matéria compete processar e julgar quaisquer processos criminais, obedecida a distribuição.
- Ⓑ Processo por crime relativo a substância entorpecente pode ser julgado no tribunal do júri.
- Ⓒ Se uma ação qualquer houver sido distribuída a uma vara cível e o Distrito Federal requerer sua admissão no processo na qualidade de assistente, caberá ao próprio juiz da vara cível analisar o requerimento e, se deferi-lo, prosseguir no julgamento da causa, em razão do princípio do juiz natural e da regra da prevenção.

- Ⓓ Todas as ações que envolvam interesse de menor serão julgadas pela vara da infância e da juventude.
- Ⓔ De acordo com a LOJDFT, compete à vara da infância e da juventude processar e julgar ação ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), por meio de denúncia, pela prática de crime atribuível a criança ou adolescente.

QUESTÃO 13

Acerca dos juízes de direito e dos atos de sua competência, julgue os itens que se seguem.

- I - Havendo necessidade de substituição de juiz de direito, caberá ao juiz que lhe deu causa, em qualquer caso, solicitar ao presidente do Tribunal de Justiça a designação de outro magistrado, enquanto durar o afastamento.
- II - As audiências de distribuição devem contar, necessariamente, com a participação de membro do MPDFT e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sem os quais não se poderão realizar.
- III - Embora deva ocorrer em horário prefixado, a distribuição pode dar-se a qualquer momento, em caso de manifesta urgência.
- IV - O juiz de direito substituto, ao substituir o titular da vara, terá competência nos limites estabelecidos em ato do presidente do Tribunal de Justiça.
- V - Consoante a LOJDFT, aos juízes de paz compete julgar ações de menor complexidade nas varas de família.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 14

Acerca dos magistrados do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- A A LOJDFT estabelece limites de idade mínimo e máximo para ingresso na magistratura, salvo, quanto ao segundo limite, em relação àqueles que já são magistrados ou membros do Ministério Público.
- B Os magistrados da justiça do Distrito Federal são regidos, exclusivamente, pela Constituição da República e pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).
- € O ingresso na magistratura do Distrito Federal não está sujeito à aprovação em exame psicotécnico.
- Ⓓ No caso de vaga destinada à promoção por merecimento, a indicação dos nomes dos candidatos tem de ser efetivada, necessariamente, em lista tríplice.
- E As vagas destinadas à advocacia e ao Ministério Público no Tribunal de Justiça são providas pelo nome indicado em lista uninominal, a partir de votação, respectivamente, pela OAB e pelo MPDFT.

QUESTÃO 15

Acerca do serviço judiciário no Distrito Federal, assinale a opção correta.

- A A distribuição dos feitos nas circunscrições judiciárias será realizada pelo juiz de direito substituto designado pelo presidente do Tribunal de Justiça com essa função específica.
- B Em cada vara, haverá um determinado número de oficiais de justiça, aos quais caberá a execução dos mandados expedidos pelos respectivos juízes.
- € Todo o pessoal do serviço judiciário do Distrito Federal deve ser ocupante de cargo público remunerado por verbas públicas e provido mediante concurso público.
- Ⓓ São funções que o oficial de justiça-avaliador pode desempenhar: funcionar como perito oficial na determinação de valores, funcionar como porteiro dos auditórios e realizar praças.
- E O regime jurídico dos servidores da justiça do Distrito Federal é integralmente e apenas o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União, instituído pela Lei n.º 8.112, de 1990.

Nas questões de 16 a 20, as respostas devem observar estritamente e apenas os termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (RITJDFT), pondo de parte quaisquer discussões acerca de possíveis conflitos normativos decorrentes da incidência de leis ou outras normas de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 16

Com relação à composição e à competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), julgue os

ítems seguintes.

- I - O TJDFT funciona por meio do Pleno, do Conselho Especial, do Conselho da Magistratura, de três câmaras especializadas e de sete turmas especializadas.
- II - Cabe ao Conselho Especial a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
- III - As câmaras especializadas denominam-se 1.ª Câmara Cível, 2.ª Câmara Cível e Câmara Criminal; são compostas pelos integrantes das turmas e têm como presidente o membro mais antigo, em sistema de rodízio.
- IV - O requerimento de medida liminar em mandado de segurança deve ser apreciado pelo respectivo relator.
- V - Cabe ao Conselho da Magistratura apreciar pedido de liminar em certos processos urgentes durante os períodos de férias e de recesso.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- € 3.
- Ⓓ 4.
- E 5.

QUESTÃO 17

Acerca do órgão especial do TJDFT, assinale a opção correta.

- A O órgão especial é composto por todos os membros do Tribunal.
- B Se, na apreciação de recurso de competência do Tribunal, este tiver de deixar de aplicar lei distrital por inconstitucionalidade em face da Constituição da República, essa declaração de inconstitucionalidade deverá ser feita pelo órgão especial.
- € Compete ao órgão especial julgar os desembargadores do Tribunal nos crimes comuns e de responsabilidade.
- Ⓓ Incumbe ao órgão especial remeter ao presidente do Tribunal lista tríplice com os nomes de juízes de direito, a fim de que aquela autoridade nomeie um deles para substituir desembargador, em caso de vaga ou afastamento por mais de trinta dias.
- E Compete ao órgão especial julgar todo e qualquer mandado de segurança, *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de injunção contra autoridade ou órgão do Distrito Federal.

QUESTÃO 18

Acerca das férias, licenças e substituições dos membros do TJDFT, julgue os itens que se seguem.

- I - Todos os membros do Tribunal de Justiça devem gozar férias coletivas nos meses de janeiro e julho.
- II - Se um desembargador afastar-se em razão de licença médica, poderá, em princípio, mesmo durante a licença,

proferir voto em processo no qual tenha lançado visto como relator ou revisor.

- III - Se um desembargador afastar-se por prazo superior a trinta dias, será convocado juiz de direito para substituí-lo, devendo a convocação ser objeto de deliberação do Conselho Especial no prazo de até quarenta e oito horas após o afastamento, por voto da maioria absoluta dos membros do órgão.
- IV - Se um juiz de direito for convocado para substituir desembargador, ficará vinculado aos processos que lhe forem distribuídos, ainda que retorne às atividades do primeiro grau de jurisdição e sem prejuízo delas.
- V - Qualquer juiz de direito é passível de convocação para substituir desembargador, desde que obedecida a ordem decrescente de antiguidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 19

Acerca do processo judicial no TJDF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos procedimentos de registro e classificação dos feitos, apenas os autos de inquérito policial regularmente recebidos da polícia judiciária podem ser enquadrados na classe Inquérito (INQ).
- Ⓑ Todos os recursos e as ações de competência do Tribunal de Justiça submetem-se a preparo, sem o qual o respectivo relator deverá negar-lhe seguimento por decisão monocrática, cabendo, desta, agravo para o órgão fracionário e ressalvada a possibilidade de a parte obter a concessão de gratuidade de justiça, bem como os casos de expedição de alvará de soltura e salvo-conduto.
- Ⓒ Deixam de distribuir-se processos a desembargador assim que este comunicar a intenção de aposentar-se.
- Ⓓ Quaisquer ações ou recursos concernentes a processos já distribuídos a um determinado relator ser-lhe-ão também atribuídos, independentemente de tratar-se de processo de conhecimento ou de execução.
- Ⓔ O presidente, o vice-presidente e o corregedor podem exercer a relatoria de processos.

QUESTÃO 20

Acerca dos processos do TJDF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se um juiz de direito vier a ser preso em flagrante, deverá o órgão especial do Tribunal, em vinte e quatro horas após a comunicação do flagrante, decidir acerca da manutenção da prisão.
- Ⓑ Se o procurador-geral de justiça promover o arquivamento de inquérito e o relator dele discordar, deverá remeter os autos ao procurador-geral da República que, se igualmente discordar, designará outro procurador de justiça para funcionar no processo.
- Ⓒ A ação rescisória deverá ser distribuída ao relator do processo cujo acórdão com ela se pretende rescindir.
- Ⓓ Se o Ministério Público, uma das partes ou o magistrado suscitar conflito de competência em determinado feito, poderá o relator, mesmo de ofício, designar um dos juizes conflitantes para decidir as medidas urgentes até o julgamento do conflito.
- Ⓔ Se o Tribunal receber carta precatória, deverá, em qualquer caso, redistribuí-la a juiz de direito.

Nas questões de 21 a 24, as respostas devem observar estritamente e apenas os termos do Provimento Geral da Corregedoria do TJDF, pondo de parte quaisquer discussões acerca de possíveis conflitos normativos decorrentes da incidência de leis ou outras normas de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 21

Estritamente à luz do Provimento Geral da Corregedoria, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os juizes devem realizar uma inspeção a cada ano, podendo examinar os processos em curso na vara por amostragem.
- Ⓑ Na inspeção, devem ser verificados, exclusivamente, o cumprimento dos prazos processuais, o cumprimento dos mandados, a existência de ofícios não-respondidos e de cartas precatórias não-devolvidas, bem assim despachos e decisões não-cumpridos.
- Ⓒ É obrigatória a presença e participação do Ministério Público e da OAB em todos os atos da inspeção.
- Ⓓ As representações contra juiz perante a Corregedoria tramitam em caráter público.
- Ⓔ É proibido o empréstimo de objetos quaisquer apreendidos em razão de processo criminal, ainda que a solicitação do empréstimo parta de autoridade.

QUESTÃO 22

No que se refere aos plantões, de acordo com o Provimento Geral da Corregedoria, julgue os seguintes itens.

- I - *Habeas corpus* são sempre de competência do Tribunal de Justiça, não cabendo a juiz singular o exame dessa espécie

processual.

- II - Os juízes plantonistas devem ser nomeados entre os juízes de direito substitutos.
- III - O juiz designado para o plantão nele permanece com prejuízo de suas funções normais.
- IV - Durante o plantão, o juiz deve permanecer em tempo integral no térreo do anexo do Tribunal de Justiça.
- V - Uma vez ocorrida a designação de juiz para o plantão, este não a poderá recusar em hipótese alguma.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 23

Quanto ao serviço dos ofícios judiciais, estritamente de acordo com o Provimento Geral da Corregedoria, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Em princípio, as férias dos servidores dos ofícios judiciais deverão ser gozadas nos meses de janeiro ou julho.
- Ⓑ A verificação da frequência dos servidores cabe exclusivamente aos diretores de secretaria.
- Ⓒ O servidor estudante poderá trabalhar em horário especial, sujeito a compensação.
- Ⓓ A utilização de máquinas e equipamentos do Tribunal é autorizada exclusivamente a servidores públicos da justiça do Distrito Federal.
- Ⓔ O servidor estudante poderá perder o direito ao horário especial se não comprovar a frequência às atividades escolares.

QUESTÃO 24

Acerca dos depósitos e dos leilões públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação: **João promoveu execução em face de Antônia, devedora de quem foi penhorado um automóvel, o qual, por sua vez, foi guardado em depósito público. Com receio de que o bem se deteriorasse, a executada, algum tempo depois, obteve decisão judicial permitindo-lhe ficar como depositária do veículo. Para tanto, o juiz fez expedir alvará autorizando a entrega do bem à executada. No alvará, foram indicados apenas as características do veículo e o nome das partes na execução.** Na situação apresentada, o depositário público não poderá, de imediato, dar cumprimento ao alvará, uma vez que, segundo o Provimento Geral da Corregedoria, os arquivos dos depositários públicos não permitem a imediata localização dos bens apenas pelos elementos de identificação citados.
- Ⓑ Se Pedro fosse proprietário de bem armazenado em depósito público e, com ordem judicial, conseguisse autorização a fim de que o bem fosse removido para outro local, caberiam ao depositário público as despesas com a remoção.
- Ⓒ Se o Banco XYZ S.A. promovesse execução contra a empresa Alfa Ltda. e viesse a obter a decretação da penhora de imóvel de propriedade da executada, caberia ao depositário público tomar as providências necessárias ao registro imobiliário da construção do bem.
- Ⓓ Considere a seguinte situação: **Marluce arrematou, em leilão, bem guardado em depósito público, mas não o retirou dali no**

prazo estabelecido no Provimento Geral da Corregedoria. Nessa situação, Marluce estará sujeita à perda do valor da arrematação e a que os bens sejam levados a novo leilão.

- Ⓔ Se, no curso de uma execução, vierem a ser penhorados bens inflamáveis, explosivos, corrosivos ou sujeitos a combustão espontânea, eles deverão ser guardados pelo depositário público em local próprio, que ofereça as necessárias condições de segurança e que seja isolado.

QUESTÃO 25

Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Integram o Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), os tribunais regionais federais e juízes federais, os tribunais regionais do trabalho e juízes do trabalho, os tribunais regionais eleitorais e juízes eleitorais, os tribunais e juízes militares, os tribunais de contas e os tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal e dos territórios.
- Ⓑ Mesmo após a Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, que introduziu na Constituição a chamada **Reforma Administrativa**, os juízes continuam a possuir a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau de jurisdição, obtém-se após dois anos de exercício, desde que não haja deliberação em contrário do respectivo

tribunal.

- € Ao STF e ao STJ compete processar e julgar as causas definidas na Constituição, bem como outras que lhe atribua a lei processual civil ou penal.
- Ⓓ Qualquer juiz ou tribunal, inclusive as turmas, câmaras e demais órgãos fracionários dos tribunais, pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público no Brasil.
- Ⓔ Apenas a chamada Justiça Comum, que corresponde à justiça estadual e à do Distrito Federal e dos territórios, pode ter juizados especiais.

QUESTÃO 26

Violência na Internet

Retirado do ar pelo FBI, o conteúdo do *web site* de Eric Harris, um dos dois autores do massacre na escola Columbine, em Littleton, Colorado (EUA), foi copiado e está hoje exposto em pelo menos uma dezena de lugares na Internet.

Os proprietários dessas páginas se dizem “defensores da liberdade de expressão”. E reproduzem um material de conteúdo explosivo: um poema suicida, receitas de bombas caseiras, desenhos e até uma versão personalizada de um jogo de computador violento.

A discussão sobre violência juvenil e controle de armas suscitada no país pela tragédia de Littleton chegou à Internet. E muitas são as críticas àqueles que seguem expondo o legado de Eric Harris.

Os *internautas* proprietários dos “espelhos” do *web site* de Harris dizem discordar da violência de seu conteúdo. E defendem que o material deve continuar a ser exibido *on line*.

Marcelo Starobinas. *Folha de S. Paulo*. 3/5/99, p. 14 (com adaptações).

Considerando o texto e as normas constitucionais brasileiras acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apesar de a Constituição estatuir o direito à manifestação do pensamento como direito fundamental, ele não é absoluto, de maneira que é juridicamente possível a fixação, na lei, de limitações àquele direito, até com a criminalização de condutas de quem dele abusar.
- Ⓑ Para preservar a segurança pessoal dos profissionais de imprensa e dos cidadãos em geral, a Constituição expressamente admite o anonimato, em casos excepcionais, na manifestação do pensamento. Dessa forma, se os fatos apresentados no texto tivessem ocorrido no Brasil, a garantia de anonimato estaria preservada.
- Ⓒ O mecanismo constitucional previsto para o esclarecimento de situações por parte de quem se sinta ofendido pela manifestação do pensamento é o chamado direito de desagravo que, em princípio, pode aplicar-se a casos envolvendo o uso da Internet.
- Ⓓ Em relação à liberdade de imprensa, o Ministério das Comunicações pode estabelecer, por portaria, os direitos, os deveres e as proibições aplicáveis aos detentores de concessões de rádio e televisão, bem como aos provedores e usuários da Internet.

- Ⓔ Se um artista resolver erigir, no jardim de sua residência, monumento em homenagem aos deuses pagãos do amor e do sexo, deverá solicitar licença à autoridade competente, mesmo que a obra seja discreta e sem caráter obsceno.

QUESTÃO 27

Em relação aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- I - Todos os atos administrativos são passíveis de revogação.
- II - Em certos casos, atos juridicamente nulos podem provocar efeitos e estes serem preservados mesmo em caso de o ato vir a ser anulado.
- III - Certos requisitos dos atos administrativos independem da vontade da autoridade administrativa, mesmo em se tratando de atos praticados no exercício de poder discricionário.
- IV - Tanto a administração quanto o Poder Judiciário podem invalidar ato administrativo contrário à lei.
- V - O cidadão pode, em certos casos, provocar o Poder Judiciário com o objetivo de conseguir a invalidação de ato administrativo, mesmo que não tenha sido parte da relação jurídica que gerou o ato.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 28

Acerca da disciplina jurídica das licitações, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação: **O TJDF fez publicar edital de tomada de preços para a aquisição de veículos de serviço. Após a publicação do instrumento convocatório, a comissão de licitação constatou que as especificações dos bens, por erro, foram publicadas com discrepâncias em relação às constantes do procedimento administrativo, o que exigiria nova publicação.** Na situação apresentada, em razão do princípio da vinculação da administração ao instrumento convocatório, o órgão não poderia modificar as regras da licitação, uma vez publicado o instrumento.
- Ⓑ Considere a seguinte situação: **Um ente público fez publicar edital de concorrência para a construção de um prédio. No curso da licitação, constatou que houve ilegalidades nas fases precedentes, resolvendo, em consequência, anular todo o procedimento licitatório.** Em situações como a apresentada, a administração deverá, necessariamente,

por obra do princípio da segurança jurídica, indenizar os licitantes.

- € Se um órgão ou ente público resolve realizar concurso público para a seleção de pessoal destinado a ocupar cargos públicos, esse procedimento administrativo não será modalidade de licitação regida pela Lei n.º 8.666, de 1993.
- Ⓓ Se a administração resolver contratar qualquer trabalho de cunho artístico, deverá valer-se de licitação na modalidade de concurso.
- E Considere a seguinte situação: **O MPDFT promoveu licitação destinada ao fornecimento de impressos oficiais. Após a habilitação dos licitantes, restaram três que passaram à fase seguinte. Na fase de julgamento, duas das propostas remanescentes foram desclassificadas por não observarem os requisitos do instrumento convocatório, de modo que restou apenas uma proposta.** Na situação apresentada, uma vez que a licitação baseia-se na competitividade entre os interessados em contratar com a administração, o procedimento não mais se poderia desenvolver validamente, em razão da permanência de apenas um concorrente.

QUESTÃO 29

Para ser proposta uma ação judicial, é necessário que haja legitimidade para a causa e interesse processual e que o pedido seja juridicamente possível. A legitimidade para a causa refere-se às partes; é a pertinência subjetiva da ação. Quanto à regularidade do poder de demandar de determinada pessoa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente podem demandar em juízo aqueles que forem sujeitos da relação jurídica de direito material trazida a juízo.
- Ⓑ A legitimação é ordinária ou extraordinária, dependente da regularidade da representação processual da parte.
- € A legitimação ordinária e a extraordinária são concorrentes.
- Ⓓ Cada pessoa pode propor as ações relativas aos seus direitos, podendo, em casos excepcionais expressamente previstos em lei, litigar, em nome próprio, sobre direito alheio.
- E A legitimação ordinária e a extraordinária são institutos processuais pertinentes à legitimidade para a causa que se confundem entre si ante a identidade fática.

QUESTÃO 30

Julgue os seguintes itens, relativos ao interesse processual e à possibilidade jurídica, ou não, do pedido.

- I - O interesse processual traduz-se na necessidade de se recorrer ao Poder Judiciário para a obtenção da pretensão perseguida, que, em geral, nasce da pretensão resistida.
- II - O interesse processual surge da necessidade de se obter do Poder Judiciário a proteção de interesse material; pressupõe, pois, de ordinário, a lesão ou ameaça de lesão a direito.
- III - A possibilidade jurídica do pedido consiste na formulação de pretensão que, em tese, exista na ordem jurídica como possível.

IV - A impossibilidade jurídica do pedido está ligada às hipóteses de pretensões inexistentes na ordem jurídica, não sendo o caso de deficiente fundamentação da ação.

V - O interesse processual e a possibilidade jurídica do pedido devem coexistir em qualquer ação judicial, sem exceção.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. € 3. Ⓓ 4. E 5.

QUESTÃO 31

Cícero, proprietário da fazenda Céu Azul, ajuizou ação em face de Lívio, dono do imóvel vizinho, ao fundamento de Lívio estar fazendo mau uso da propriedade, fato que estaria prejudicando a segurança, o sossego e a saúde de Cícero e de seus familiares. A ação foi proposta no Brasil e no foro da localização dos imóveis. Com relação à situação descrita, e considerando que a competência é uma delimitação prévia, constitucional e legal, estabelecida segundo critérios de especialização da justiça, distribuição territorial e divisão de serviço, julgue os itens a seguir.

- I - A competência é determinada no momento da propositura da ação; entretanto, eventual alteração de fato ou de direito ocorrida posteriormente, como regra geral, não a modifica.
- II - A competência funcional é relativa.
- III - A competência internacional é fixada com observância do princípio da efetividade: a competência da justiça brasileira só é fixada pelo juiz caso haja possibilidade de fazer cumprir sua sentença.
- IV - Nas ações que versem direito de propriedade ou vizinhança, é competente o foro da situação do imóvel, sendo a competência absoluta.
- V - A competência territorial é relativa, não podendo o juiz, de ofício, declarar-se incompetente; só pode fazê-lo se o réu suscitar a exceção de incompetência.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e V.
- Ⓑ I, III e IV.
- Ⓒ I, IV e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ II, III e V.

QUESTÃO 32

A conexão e a continência são causas de modificação da competência relativa. De acordo com a legislação vigente a respeito desses dois institutos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A continência, forma especial de conexão, verifica-se quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
- Ⓑ Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes forem comuns os sujeitos e o objeto.
- Ⓒ A continência verifica-se quando há identidade quanto às partes e ao objeto, que, em uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
- Ⓓ Ocorrendo conexão ou continência, o juiz, somente a requerimento de qualquer das partes, poderá ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- Ⓔ No caso de conexão ou continência, tratando-se de juízes com a mesma competência territorial, o juízo competente

para receber a ação é aquele onde ocorreu a primeira citação válida.

QUESTÃO 33

Alfredo ajuizou ação de usucapião, a fim de lhe ser declarado o domínio do imóvel em que exerce a posse. O juiz que recebeu a ação declarou-se incompetente, determinando a remessa dos autos ao juízo da comarca vizinha. O juiz para quem a ação foi remetida, ao recebê-la, também declarou-se incompetente. Diante dessa situação, assinale a opção correta.

- Ⓐ O conflito de competência pode ser positivo ou negativo – quando dois ou mais juízes se declaram competentes ou quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes; em qualquer caso, um dos juízes, de ofício, deve assumir a presidência do processo, até ser solucionado o conflito.
- Ⓑ O conflito de competência negativo – quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes –, pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- Ⓒ No conflito de competência negativo, o juiz que receber o processo e também se considerar incompetente deve retornar os autos ao juiz que o remeteu, a fim de ser suscitado o conflito.
- Ⓓ O conflito de competência positivo – quando dois ou mais juízes se declaram competentes –, pode ser suscitado por qualquer das partes ou pelo Ministério Público a um dos juízes em conflito.
- Ⓔ O conflito de competência entre juízes vinculados a um mesmo tribunal será suscitado ao presidente do tribunal correspondente, exclusivamente pela parte ou pelo Ministério Público.

QUESTÃO 34

A propositura de uma ação judicial gera uma série de efeitos, materiais e processuais, e a citação, ato processual de integração da relação jurídica de direito processual, causa a indispensável estabilização do processo. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo.

- I - Em sede do Poder Judiciário com mais de uma vara, considera-se proposta a ação com a simples distribuição da petição inicial.
- II - O fundamento da estabilização do processo é o interesse público pela boa administração da justiça, que impede a instabilidade na relação processual e na prestação jurisdicional.
- III - A estabilização do processo, efeito processual ocorrente assim que se completa a relação processual pela citação, impede, em qualquer hipótese, a alteração subjetiva da lide.
- IV - Mesmo que tenha ocorrido a estabilização do processo, a parte ré, dependendo da fase processual em que se encontre a ação, poderá consentir que seja modificado o pedido ou a causa de pedir.
- V - A modificação do pedido ou da causa de pedir pode ocorrer até o saneamento do processo, independentemente de consentimento da parte ré, considerando a necessidade de adequação do pedido à

verdade real.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 35

Durante o curso do processo, alguns fatos podem ocorrer, os quais, para a garantia de legal e efetiva prestação jurisdicional, ocasionam a suspensão do processo. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ A morte do advogado da parte ocasiona a suspensão do processo pelo prazo de sessenta dias, cabendo à parte (autor ou réu, dependendo do caso), nesse período, constituir novo mandatário, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- Ⓑ As partes podem convencionar a suspensão do processo por prazo máximo de seis meses.
- Ⓒ A exceção de incompetência do juízo, bem como de suspeição ou impedimento do juiz, só ocasiona a suspensão do processo se for oposta em primeiro grau de jurisdição.
- Ⓓ Quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, o processo ficará suspenso pelo prazo máximo de seis meses.
- Ⓔ Durante o período de suspensão do processo, é proibido praticar qualquer ato processual; eventual necessidade de medida urgente há de ser processada em ação cautelar incidental.

QUESTÃO 36

Paulo ajuizou ação de cobrança, pelo rito ordinário, em face de João, seu primo, ao fundamento de ser credor de determinada quantia, mas o devedor, João, baldados os esforços empreendidos, não saldou o débito. Após o processamento do feito, o juiz julgou a ação. Com relação à situação descrita, e considerando que a forma natural de ser encerrada uma ação judicial é com o julgamento do pedido pelo juiz, mas casos há em que a apreciação do pedido fica impossibilitada, gerando o encerramento do processo sem ser solucionada a lide, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo ocasionam a extinção do processo com julgamento do mérito.
- Ⓑ Transigindo as partes no curso da ação, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- Ⓒ A desistência da ação por Paulo, com o consentimento de João, conduz à extinção do processo com julgamento do mérito.
- Ⓓ Verificando-se confusão entre autor e réu a respeito de toda

a dívida (unificação, na mesma pessoa, das qualidades de credor e de devedor), haverá a extinção do processo com julgamento do mérito.

- Ⓔ Reconhecendo o juiz a ocorrência de decadência ou de prescrição, o processo será extinto com julgamento do mérito.

QUESTÃO 37

Ana Maria, advogada contratada por Antônio para propor ação judicial, preparou a petição inicial consignando os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, formulando, cumulativamente, três pedidos, tudo com observância da pretensão de seu cliente. Com relação à petição inicial e aos pedidos nela contidos, a advogada dedicou redobrada atenção, considerando as exigências legais. Diante desse fato, julgue os itens seguintes.

- I - A petição inicial deve conter, entre outros requisitos legais, a qualificação completa das partes e o valor da causa. Caso isso não ocorra, o juiz determinará que Antônio a emende, ou a complete, no prazo de dez dias, sob pena de ser indeferida.
- II - A petição inicial conterà o pedido, que deve ser certo e determinado, não podendo, em nenhuma hipótese, ser formulado pedido genérico.
- III - É lícito a Antônio formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz aprecie o posterior, caso não possa deferir o anterior.
- IV - O pedido é sempre interpretado pelo juiz de forma restrita; no caso de dívida de valor, deve haver pedido específico de juros de mora, a fim de ser incluído em eventual condenação.
- V - A cumulação de pedido em um único processo contra o mesmo réu é admitida, desde que o mesmo juízo seja competente para conhecer de todos os pedidos e que o procedimento seja adequado para todos eles, não sendo

imprescindível a compatibilidade entre os pedidos.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 38

Efetuada a citação, com a indispensável complementação da relação processual, surge para o réu o direito de defesa.

A defesa pode ser processual e/ou de mérito. Em face desse tema, julgue os itens que se seguem.

- I - A contestação é a defesa geral, na qual o réu deve concentrar os seus argumentos e suas alegações, cabendo-lhe, antes de discutir o mérito, argüir todas as objeções de caráter processual.
- II - Ocorre litispendência e/ou coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada – em andamento ou já definitivamente decidida –, que, por se tratar de defesa processual, deve ser argüida em preliminar.
- III - Tem o réu o ônus da impugnação especificada, sob pena de, quando for o caso, presumirem-se verdadeiros os fatos não-impugnados; após a contestação, só lhe é lícito deduzir novas alegações nas hipóteses autorizadas previstas em lei.
- IV - A exceção de incompetência, de impedimento ou de suspeição, bem como a reconvenção, são modalidades de resposta do réu. A reconvenção é verdadeira ação proposta pelo réu contra o autor, nos mesmos processo e juízo em que é demandado.
- V - A não-contestação da ação faz que o réu seja considerado revel, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Contudo, a revelia não produz o seu efeito se, havendo pluralidade de réus, algum deles contesta a ação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, II e V estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, III, IV e V estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 39

Para poder julgar o pedido do autor, o juiz examina a questão levada a juízo em dois aspectos: o direito e o fato. Cabe ao autor demonstrar que se encontra na situação que permite a incidência da norma; para tanto, deve fazer uso dos meios legais de prova, tendo por fim o convencimento do juiz, que é o destinatário da prova. Com relação a esse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, sendo nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova, ainda quando recaia sobre direito disponível da parte.
- Ⓑ Nem todos os fatos, ainda que pertinentes ao processo, devem ser submetidos a atividade probatória; os fatos notórios, incontroversos ou em cujo favor milita presunção legal de existência ou veracidade não necessitam de prova, salvo se o instrumento público for da substância do ato.
- Ⓒ A prova documental tem início já com o ajuizamento da ação, podendo ser produzida até a sentença, desde que se refira a documentos novos. A parte contra quem foi produzido o documento pode opor incidente de falsidade, que será, sempre, processado apenso aos autos principais.
- Ⓓ A prova testemunhal é sempre admissível, podendo depor como testemunha qualquer pessoa. No entanto, são tidos por suspeitos, não podendo depor, a parte na causa, seu cônjuge, inimigo capital ou amigo íntimo.
- Ⓔ A inspeção judicial é meio de prova que depende do requerimento da parte, devendo ser realizada antes da audiência de instrução e julgamento, sendo procedida pelo juiz que colhe diretamente sua impressão sobre a pessoa ou o objeto inspecionado.

QUESTÃO 40

Toda e qualquer ação de execução tem de observar os requisitos necessários para ser instaurada. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para promover a execução, o credor tem de apresentar o seu título executivo, que pode ser judicial ou extrajudicial. O judicial pode ser oriundo de país estrangeiro, desde que homologado pelo STF. No entanto, o extrajudicial só pode ser oriundo do Brasil.
- Ⓑ A execução de título executivo judicial é definitiva; a de título executivo extrajudicial é provisória, pois cabe ao devedor, por meio de embargos à execução, impugnar todas as matérias que lhe era lícito deduzir como defesa no

processo de conhecimento.

- € O título executivo autoriza a ação de execução. Deve o título ser líquido, certo e exigível, sob pena de ser nula a ação de execução.
- Đ O inadimplemento do devedor caracteriza-se pela não-satisfação espontânea da obrigação, cabendo ao credor, para propor qualquer ação de execução de quantia certa, protestar o título executivo, a fim de firmar a inadimplência.
- £ No Código de Processo Civil (CPC), figuram como modalidades de título executivo judicial a sentença constitutiva proferida no processo civil e a sentença penal condenatória, ainda que não-transitada em julgado.

QUESTÃO 41

Acerca da execução para entrega de coisa ou da obrigação de fazer e de não fazer, julgue os itens a seguir.

- I - A execução judicial para a entrega de coisa certa só é cabível em caso de título executivo judicial, podendo ser instaurada provisoriamente, por carta de sentença.
- II - Na execução judicial para a entrega de coisa, o devedor será citado para, em dez dias, satisfazer a obrigação ou, depositando a coisa, oferecer embargos.
- III - Na execução judicial de obrigação pessoal de fazer, não sendo cumprida a obrigação pelo devedor, será ela convertida em perdas e danos, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa.
- IV - Na execução judicial de obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo; não satisfazendo o devedor a obrigação, é lícito ao credor requerer que ela seja executada à custa do devedor.
- V - Na execução judicial das obrigações de fazer e de não fazer, cabe ao juiz que proferiu a sentença fixar a data a partir da qual será ela devida, bem como a multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, não podendo o juiz da execução fixar ou alterar essa multa.

Estão certos apenas os itens

- ▲ I, II e V. Ⓑ I, III e IV. € I, III e V. Ⓓ II, III e IV. £ II, IV e V.

QUESTÃO 42

Na execução por quantia certa contra devedor solvente, sendo efetuada a citação do devedor e não ocorrendo o pagamento ou a nomeação de bens à penhora, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, dos juros legais, das custas processuais e dos honorários advocatícios. Quanto ao instituto da penhora, julgue os seguintes itens.

- I - Tratando-se de execução singular, realizar-se-á a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados. Será efetuada a penhora onde quer que se encontrem os bens; estando em repartição pública, o juiz os requisitará ao respectivo chefe.
- II - Caso os bens encontrados não sejam passíveis de penhora ou se o produto desses bens for totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução, o oficial de justiça não efetuará a penhora, descrevendo os bens em certidão.
- III - Sendo necessário, o juiz requisitará força policial, a fim de auxiliar os oficiais de justiça na penhora dos bens e na prisão de quem resistir à ordem; nesse caso, os oficiais de justiça lavrarão auto de resistência, constando o rol de testemunhas, ficando uma via no processo e a outra sendo entregue à autoridade policial, juntamente com quem for preso.
- IV - Impedindo o devedor a entrada do oficial de justiça no local onde se encontram os bens, este solicitará ao juiz ordem de arrombamento que, deferida, será cumprida por dois oficiais de justiça que de tudo lavrarão auto circunstanciado, assinado por duas testemunhas presenciais.
- V - A penhora considera-se feita com a apreensão e o depósito dos bens, lavrando o oficial de justiça o auto de penhora, em que constará o depositário do bem, que poderá ser o próprio devedor.

A quantidade de itens certos é igual a

- ▲ 1. Ⓑ 2. € 3. Ⓓ 4. £ 5.

QUESTÃO 43

Penhorado o bem, seguem-se a avaliação e a arrematação, podendo o bem ser adjudicado. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ Feita a nomeação de bens pelo devedor, deverá ele atribuir valor a esses bens, caso em que a avaliação só será efetuada se houver dúvida sobre o real valor atribuído ao bem.
- Ⓑ Feita a avaliação, deverá o juiz, de ofício, verificando que o valor dos bens é superior ao crédito, reduzir a penhora. Para tanto, determinará ao oficial de justiça que proceda a nova penhora, em bens de menor valor.
- Ⓒ O edital de arrematação, que conterà, entre outros requisitos, o valor do bem, será sempre publicado em jornal de ampla circulação local ou apenas no órgão oficial, quando o credor for beneficiário da justiça gratuita, com a antecedência mínima de dez dias, de tudo sendo as partes intimadas por publicação.
- Ⓓ A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável com a assinatura, pelo juiz, pelo escrivão e pelo arrematante, do respectivo auto, que deverá ser lavrado no prazo de quarenta e oito horas, podendo, no entanto, ser desfeito, caso o devedor, nos três dias seguintes, requeira a substituição do bem penhorado por dinheiro, satisfazendo a obrigação.
- Ⓔ O bem penhorado poderá ser transferido ao credor, a título de pagamento (adjudicação), caso o segundo leilão se encerre sem lançador e o valor oferecido pelo credor corresponda pelo menos a 80% do valor da avaliação.

QUESTÃO 44

É peculiar aos bens públicos a condição de inalienabilidade, da qual decorre a sua impenhorabilidade. Essa situação impõe que a execução por quantia certa contra a fazenda pública tenha um procedimento diferente, com medidas especiais, já que a expropriação de bens não é possível. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando se tratar de execução por quantia certa prevista no CPC, a fazenda pública será citada para opor embargos do devedor no prazo de quinze dias.
- Ⓑ Ocorrendo regular citação da fazenda pública na execução por quantia certa e não havendo oposição de embargos do devedor, os autos irão com vista ao seu representante judicial para requerer o que for de interesse da fazenda.
- Ⓒ Respondendo a fazenda pública por diversas execuções e havendo solicitação de pagamento do débito em todas elas, a preferência no pagamento será feita com observância da natureza e do valor do crédito.
- Ⓓ Ocorrendo regular citação da fazenda pública na execução por quantia certa e não havendo oposição de embargos, o juiz da execução requisitará o pagamento do débito por intermédio do presidente do tribunal competente.
- Ⓔ No caso de requisição de pagamento do débito e não havendo observância da preferência no pagamento, o credor preterido terá direito de ser indenizado pelo atraso, bem como a uma multa no valor correspondente a 10% de seu crédito.

QUESTÃO 45

Alfa foi vítima de um crime de roubo, tipificado no art. 157 do Código Penal. O inquérito policial, com comprovação da autoria e materialidade da infração penal, foi encaminhado ao Ministério Público. Passados doze meses do recebimento, o órgão do Ministério Público não tomou nenhuma providência, ficando inerte. Em face disso, poderá Alfa, na qualidade de vítima, valer-se da ação penal

- Ⓐ pública incondicionada.
- Ⓑ privada.
- Ⓒ privada subsidiária da pública.
- Ⓓ pública condicionada à representação.
- Ⓔ pública condicionada à requisição.

QUESTÃO 46

Assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei exigir, de requisição do ministro da Justiça ou de representação do ofendido.
- Ⓑ O direito de representação não pode ser exercido por procurador.
- Ⓒ Há duas formas de ação privada: a exclusiva, ou propriamente dita, e a subsidiária da ação pública.
- Ⓓ A partir da vigência da atual Constituição da República, a ação privada subsidiária passou a constituir garantia constitucional.
- Ⓔ O perdão e a perempção são causas de extinção da punibilidade, cabíveis somente na hipótese de ação penal privada.

QUESTÃO 47

Com relação aos conflitos de competências e de atribuições, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao STF compete processar e julgar, originariamente, conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Superior Tribunal Militar (STM).
- Ⓑ Ao STJ compete processar e julgar, originariamente, conflitos de competência entre juízes vinculados ao TJDF.
- Ⓒ Ao STF compete processar e julgar, originariamente, conflitos de competência entre tribunal de justiça estadual e o TJDF.
- Ⓓ Ao STJ compete dirimir conflito de atribuições entre procuradores da República para o oferecimento de denúncia.
- Ⓔ Ao TJDF compete dirimir conflito de atribuições entre membros do MPDF.

QUESTÃO 48

Um juiz de direito aposentado, dois meses após ter sido

exonerado do cargo de ministro de Estado, praticou crime contra a ordem tributária no município de Santos – SP. De acordo com a orientação do STF, a competência de processá-lo e julgá-lo será do

- Ⓐ próprio STF.
- Ⓑ STJ.
- Ⓒ Juízo da Comarca de Santos – SP.
- Ⓓ Tribunal de Justiça de São Paulo.
- Ⓔ Tribunal de Alçada de São Paulo.

QUESTÃO 49

O analista judiciário deverá afirmar espontaneamente a sua suspeição, comunicando o fato ao juiz para a substituição, quando

- I - for vizinho e conhecido do réu.
- II - for devedor do promotor de justiça que estiver oficiando no processo.
- III - seu cunhado estiver respondendo a processo por fato análogo, acerca de cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- IV - for credor do réu.
- V - for amigo íntimo do réu.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e III.
- Ⓑ I, II e V.
- Ⓒ I, III e IV.
- Ⓓ II, IV e V.
- Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 50

Foi distribuído a A, oficial de justiça, o mandado de citação de B, réu no processo-crime n.º 002/99. Compulsando os autos, verifica-se que: C, irmão de A, exerceu a função de defensor do réu; Z, genro de A, é um dos subscritores do laudo de exame grafotécnico; X, primo de A, presidiu o inquérito policial; M, cunhado de A, é um dos subscritores do laudo de exame de local; e D, sobrinho de A, é diretor de secretaria da vara onde tramita a ação penal. Em face dessa situação, A encontra-se impedido de funcionar no processo, uma vez que:

- I - seu irmão exerceu a função de defensor do réu.
- II - seu genro exerceu atividade de perito.
- III - seu primo funcionou como delegado de polícia.
- IV - seu cunhado exerceu atividade de perito.
- V - seu sobrinho atua no processo como servidor dos órgãos judiciais.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

QUESTÃO 51

Com relação às formas de citação no processo penal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O mandado é a regra geral.
- Ⓑ A citação com hora certa será feita quando houver fundadas suspeitas de que o réu esteja ocultando-se à citação pessoal.
- Ⓒ Se o réu estiver no exterior, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, se a infração for inafiançável.
- Ⓓ Quando não for possível encontrar o réu a fim de fazê-lo integrar a relação processual, este será citado por edital.
- Ⓔ O réu será citado mediante precatória, quando estiver fora do território de jurisdição do juiz processante.

QUESTÃO 52

Acerca de notificação e intimação, julgue os itens abaixo.

- I - Tratando-se de crime inafiançável, a intimação da sentença de pronúncia será sempre feita ao réu, pessoalmente.
- II - A notificação ou intimação somente pode ser efetuada mediante mandado, não sendo admissível a sua realização no próprio requerimento em que for pedida.
- III - A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
- IV - As notificações e intimações não podem ser realizadas no curso das férias forenses.
- V - Tratando-se de réu preso, a notificação deve ser feita por meio de requisição, como na citação, para a sua apresentação em juízo no dia e na hora designados.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

Leia o texto a seguir para responder às questões 53 e 54.

Valdivino Valdo achava-se descansando em sua residência, em um dia de sábado, quando, às 9 h 15 min, foi comunicado por escrito, por um oficial de justiça, que deveria comparecer, na próxima quinta-feira, às 15 h 40 min, à 7.ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília, a fim de depor em autos de processo-crime que por ali tramitava e de cujo fato Valdivino Valdo fora testemunha ocular.

QUESTÃO 53

A comunicação recebida por Valdivino Valdo é tecnicamente denominada

- Ⓐ citação.
- Ⓑ carta de ordem.
- Ⓒ notificação.
- Ⓓ requisição.
- Ⓔ carta testemunhável.

QUESTÃO 54

Ainda quanto à comunicação feita pelo oficial de justiça a Valdivino Valdo, assinale a opção correta.

- A É nula, de pleno direito, porque foi realizada em um dia de sábado.
- B É nula, de pleno direito, porque foi realizada sem a antecedência legal de quinze dias úteis que deve haver entre a data da comunicação e a data do depoimento.
- C Se Valdivino Valdo se recusasse a recebê-la, deveria o oficial de justiça dar-lhe voz de prisão, com o concurso, se necessário, de força policial.
- D É instrumentalizada em uma peça que recebe a denominação de mandato.
- E O oficial de justiça deveria lê-la para Valdivino Valdo, ainda que este fosse plenamente alfabetizado.

QUESTÃO 55

Acerca dos sujeitos processuais ditos principais (ou essenciais) no processo penal, assinale a opção correta.

- A O acusado somente poderá constituir defensor por instrumento de mandato, que poderá ser público ou particular e deverá ser juntado aos autos por ocasião do interrogatório.
- B O Ministério Público promoverá a execução da lei, razão pela qual não poderá requerer a absolvição do réu se contra ele já ofereceu denúncia.
- C Quando certas a identidade física e a maioridade penal do autor de um crime, ainda que não se consiga descobrir o seu nome, pode ele ser denunciado e julgado sem qualquer prejuízo para a ação penal.
- D Não se admite a autodefesa técnica, ainda que o acusado seja advogado legalmente habilitado.
- E Em todos os termos da ação penal pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, desde que este não haja sido condenado, anteriormente, por crime da mesma natureza.

QUESTÃO 56

Acerca dos auxiliares da justiça no processo penal, assinale a opção **incorreta**.

- A Estará impedido de funcionar no processo como escrivão pessoa que nele houver prestado depoimento como testemunha.
- B O oficial de justiça goza de fé pública, razão pela qual se presumem verdadeiros, até prova em contrário, os fatos por ele certificados, pois essa presunção é relativa.
- C O analfabeto não poderá funcionar como perito, pois a lei presume a sua incapacidade para esse fim.
- D Uma vez nomeado pelo juiz para um dado processo, não poderá qualquer das partes argüir a suspeição do perito, embora possa, fundamentadamente, argüir o seu impedimento.
- E O intérprete é a pessoa que, graças a conhecimentos

especializados, torna inteligível a linguagem oral, escrita ou mímica, vertendo-a, comentando-a, explicando-lhe a forma e o conteúdo.

QUESTÃO 57

Quanto à sua natureza, os atos processuais podem ser: postulatorios, instrutórios, reais, dispositivos, decisórios, de documentação, de movimentação e de execução. Considerando tais informações, julgue os itens seguintes.

- I - A denúncia e a queixa são atos postulatorios.
- II - Quando o juiz ouve testemunhas, está praticando um ato instrutório.
- III - Os auxiliares da justiça praticam atos de movimentação e atos de execução, mas não podem praticar atos de documentação, que são privativos do juiz e das partes.
- IV - As partes não podem praticar atos instrutórios.
- V - Quando o oficial de justiça cumpre uma determinação emanada do juízo, está praticando um ato de execução.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

QUESTÃO 58

Paulo, advogado, foi regularmente comunicado da abertura de prazo para a apresentação de defesa prévia em processo-crime submetido a rito ordinário (comum), no qual ele, Paulo, patrocinava o acusado. Nesse caso, Paulo poderá apresentar a peça no prazo de

- A dois dias.
- B três dias.
- C cinco dias.
- D dez dias.
- E quinze dias.

QUESTÃO 59

Julgue os itens que se seguem.

- I - Configura-se constrangimento ilegal, passível de ser sanado por meio de *habeas corpus*, a circunstância de não ser alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.
- II - Nos crimes de ação penal pública de competência originária do STF ou do STJ, o recebimento ou a rejeição da denúncia é ato privativo do relator do processo.
- III - Com o advento da Constituição de 1988, apenas o advogado pode impetrar pedido de *habeas corpus*.
- IV - Dos julgamentos proferidos nos processos de *habeas corpus* de competência originária dos tribunais de justiça

ou dos tribunais regionais federais caberá recurso ordinário para o STJ, mas somente se denegatória a decisão.

V - Os recursos especial e extraordinário, quando cabíveis, deverão ser interpostos perante o presidente do tribunal recorrido em prazo comum e não-sucessivo.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 60

Acerca das medidas assecuratórias no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O seqüestro recairá exclusivamente sobre bens móveis e pressupõe ao menos indícios veementes de que esses hajam sido adquiridos com os proventos da infração penal, não podendo, assim, recair sobre nenhum dos bens de origem lícita que possua o autor da infração penal.
- Ⓑ O seqüestro pode ser determinado pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, em qualquer fase do processo e mesmo ainda no curso do inquérito policial.
- Ⓒ A hipoteca legal será julgada perante o juízo cível, e somente o ofendido poderá requerê-la.
- Ⓓ Ante a sua natureza e especificidade, as medidas assecuratórias não admitem os embargos de terceiros.
- Ⓔ Somente após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória pode-se requerer a hipoteca legal de bens do condenado, pois essa medida visa ao ressarcimento dos prejuízos suportados pelo ofendido com o crime, sendo que somente com o advento da condenação se fazem aferíveis esses prejuízos.